



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO: DIREITO À CIDADE**

**TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral**

**Protagonistas ou coadjuvantes, cenário e um roteiro imposto:  
as determinações da cidade e da desigualdade na vida das  
crianças.**

Avelaine do Rocio Mielniczki Fonseca<sup>1</sup>  
Grasiele Dalbão Rodrigues Modesto de Camargo<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse trabalho traz uma alegoria a respeito da relação da criança com a cidade, mediada pela desigualdade social. Inicialmente aborda a concepção sociológica de infância enquanto categoria social do tipo geracional e de criança como sujeito social que pode desempenhar papel de protagonista ou coadjuvante em suas vivências. Em seguida discorre sobre o cenário, ou seja, a cidade em que essa criança está inserida e de como tais situações engendradas em suas vivências reverberam na constituição do humano criança. Por fim, aborda a desigualdade como o roteiro imposto às crianças no que concerne os determinantes objetivos e subjetivos das experiências vividas por elas nos espaços da cidade.

**Palavras-chave:** criança; infância; cidade; desigualdade.

**Abstract:** This work brings an allegory about the child's relationship with the city, mediated by social inequality. Initially, it approaches the sociological conception of the child, differentiating it from the childhood category and questions its role as protagonist or auxiliary in its experiences. Then he talks about the scenery, that is, the city where this child is inserted and how such situations engendered in his experiences reverberate in the constitution of the human child. Finally, it addresses inequality as the roadmap imposed on children in terms of the objective and subjective determinants of the experiences they experience in the city.

---

<sup>1</sup> Pedagoga da Rede Municipal de Curitiba – Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), Núcleo Regional de Educação Boa Vista, mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná e participante do grupo de estudos sobre Territórios, Educação e Cidade, da Universidade Federal do Paraná. [avelainefonseca@gmail.com](mailto:avelainefonseca@gmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social, professora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Internacional – UNINTER, mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná e participante do grupo de estudos sobre Territórios, Educação e Cidade, da Universidade Federal do Paraná [grasi.dalbao@gmail.com](mailto:grasi.dalbao@gmail.com)



**Keywords:** child; childhood; city; inequality.

## INTRODUÇÃO

Nesse trabalho toma-se a liberdade de destacar a criança fundamentando-se a partir do olhar da sociologia da infância, que a destaca como sujeito social com capacidade de construir e reconstruir seu mundo a partir das interações sociais e ainda coloca a importância de novos estudos a respeito das relações entre as gerações de forma que a criança possa por em prática suas potencialidades, sendo ouvida enquanto criança e sujeito social. Na sequência será percorrido brevemente sobre a cidade, o lugar de vivência da criança e o cenário de sua interação e construção social, abordando a problemática da desigualdade social enquanto um roteiro imposto a essas que podem ser protagonistas ou coadjuvantes da sua história a depender de onde e como vivem.

Atualmente são muitas as abordagens e compreensões de criança. Historicamente a concepção de criança sempre esteve arraigada de nuances adultocêntricas, inclusive era-se comum o consenso da “tabula rasa”, a “folha de papel em branco” ou o “vaso vazio” no sentido de que a criança seria “moldada”, em grande parte, pelo adulto. Tal concepção exigia uma ruptura que acontece com as contribuições da sociologia da infância como aponta Sarmento:

A sociologia da infância propõe-se a constituir a infância como objeto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para eles. Porém, mais do que isso, a sociologia da infância propõe-se a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento, não apenas sobre infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada. (SARMENTO, 2007 p.363)

A partir desse entendimento a criança começa a ser reconhecida como um ser sócio histórico, (re)produtor de cultura, sujeito de direitos que afeta e é afetado pela construção social à sua volta. Tal afirmação é reiterada pela concepção de redes de interdependência defendida pelo sociólogo Norbert Elias. Para ele “a ideia de não existir sociedade, mas apenas uma porção de indivíduos, diz tanto quanto a afirmação de que, não existem casas, apenas uma porção de tijolos isolados, um monte de pedras” (Elias, 1994 p. 20), ou seja, não há como dissociar indivíduo e sociedade, ambos afetam e são afetados enquanto estabelecem relações cotidianas.



Para Sarmiento (1997), contudo, há necessidade de se distinguir infância e criança, da muitas vezes confundidas como a mesma coisa, mas que se tornam categorias distintas à luz da sociologia da infância.

Por isso a Sociologia da infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceitual entre infância, para significar a categoria social do tipo geracional, e criança, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença de um grupo etário próprio, é sempre um ator social que pertence a uma classe social, a um gênero, etc (SARMENTO, 1997 p. 33)

Apesar desse avanço na concepção teórica e sua distinção da categoria infância, a criança ainda sofre os rebatimentos de uma sociedade que ora a protege, ora a vitimiza. A relação entre crianças e adultos na sociedade atual ainda é mediada pelo controle e dominação, marcada por uma relação díspar de condições mais favoráveis aos adultos, mesmo com todo arcabouço legal do sistema de garantia de direitos, que reconhece no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em seu artigo 6º, a criança como pessoa em uma fase peculiar de desenvolvimento.

Apesar do reconhecido avanço em relação ao papel da criança na sociedade contemporânea, pode-se afirmar que, salvas exceções, ela ainda é vista como coadjuvante na maioria dos processos inerentes à sua história. Para Prout e James (2003) a história do estudo da infância tem sido marcada não pela ausência de interesse na criança, mas pelo seu silêncio, as tentativas de um novo paradigma em relação à infância é “dar voz” às crianças. Tal afirmação pode estar imbuída de uma concepção ainda de subalternidade, de um ser inacabado, um devir que não possui expressão.

Ainda é comum aplicar à infância uma fragmentação com caráter de estado de passagem, precário e efêmero, lhe atribuindo qualidade de minoridade e relativa desqualificação como estado transitório, não consegue resgatar o lugar social da criança como um ser que interage com a história a medida que modificando-a é modificado por ela, não sendo vista como um sujeito na e da história. Souza (1996).

Essa perspectiva não leva em conta o que Corsaro (2011) chama de agentes sociais, ou seja, as crianças são seres ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas, e como forma estrutural, as crianças são membros ou operadores de suas infâncias.

Esse ofuscamento da lente e a prática constante de achar que a criança precisa de alguém que a represente, que a interprete, que a insira, que descreva suas necessidades, afinal, ela não saberia fazê-lo. Será? Muitas vezes menosprezamos as crianças e suas



capacidades reflexivas e analíticas de compreender o mundo e as determinações que as cercam.

Com o exposto, pode-se afirmar que cabe ao adulto sim zelar pela provisão das necessidades da criança em todos os seus aspectos, porém, também é papel dos adultos resguardar o respeito a esse outro como alguém que é capaz de produzir cultura, de construir conhecimentos, de ser inventivo, criativo e que faz tudo isso por meio de sua interação social com outras pessoas, sejam elas, adultas ou crianças.

## 1. O CENÁRIO

A partir dessa construção de conceitos de crianças e suas infâncias pode-se agora olhar para a cidade e questionar-se em que medida o contexto do território pode ser considerado como um espaço em que se promova a construção dos sujeitos e suas subjetividades de maneira em que se garanta o respeito à dignidade humana e a participação.

Na década de 1950 o movimento de expulsão do campo levou para as cidades boa parte dos camponeses atrás de oportunidades de trabalho. Consequentemente com a precarização dos postos de trabalho e a falta de recursos, as pessoas recorriam à mendicância e, as que conseguiam, se fixavam de maneira precária nas regiões periféricas das cidades, distantes do centro, local onde se concentravam os espaços privilegiados para o convívio social, essa lógica atravessou as décadas e persiste ainda hoje, apesar de já haverem outros movimentos e fluxos nas cidades, porém, não serão abordados nesse trabalho.

Foi-se o tempo em que o maior desejo de uma criança era o sonho da bicicleta, outrora o ícone maior da mobilidade. Atualmente a cidade está organizada em torno do brinquedo maior – o carro. Tal dinâmica gera uma paralisia urbana substituindo a diversidade das ruas por shoppings elitizados (Dowbor apud Fontanelle, 2016).

Se a criança então não está mais nos espaços públicos da cidade, mas em espaços privados, restritos e controlados, há, portanto, uma necessidade de problematizar-se esse movimento migratório fomentado pelo consumo, esse, enquanto mecanismo de degradação do humano e da sustentabilidade. Ao pensar a cidade enquanto espaço onde as relações sociais se estabelecem, pode-se descrevê-la como um local de significações e sentidos que, por meio dos processos de subjetivação, facilitam ou dificultam as composições de sujeitos no território. É nesse território que se afloram conflitos e tensões, acirrados pelos processos de exclusão social. Para George Simmel



o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de “quanto?” O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Simmel (1967 pág. 15)

Sendo assim, aqueles desprovidos financeiramente e empobrecidos pelo processo de desigualdade social seriam os mais afetados nessa dinâmica de homogeneização, desvalorização e descaracterização dos indivíduos, que dirá das crianças, que em qualquer situação de risco ou vulnerabilidade, sofrem em maior grau.

Para Park “a cidade não é apenas uma unidade geográfica e ecológica; ao mesmo tempo, é uma unidade econômica. A organização econômica da cidade baseia-se na divisão do trabalho” (Park, 1967 pág. 26). Portanto, aqueles que ficam de fora dessa divisão social do trabalho, certamente sofrem os rebatimentos de uma sociedade marcada pela desigualdade social e suas consequências, ou como Iamamoto (1999) define - “questão social e suas expressões” atribuindo à dinâmica do acirramento da produção cada vez mais coletiva e da apropriação cada vez mais privada o fator determinante ou a raiz da desigualdade social.

O cenário muitas vezes é imposto às crianças, há uma padronização dos espaços ditos infantis, o espaço do brincar. Pouca ou nenhuma liberdade é dada às crianças para alterar esse espaço, propor outras possibilidades e atividades brincantes que, por vezes, não dialogam com o padrão arquitetônico imposto a elas.

As crianças estão cada vez mais confinadas, controladas por mecanismos de distração eletrônicos. A rua está perdendo a possibilidade da brincadeira, especialmente em grandes centros urbanos, os aprendizados sociais por meio das brincadeiras são cada vez menos públicos.

Porém, em alguns espaços há brechas, e as crianças sabem muito bem como aproveitá-las. Aquilo que Certeau (2012) vai chamar de táticas, estratégias e astúcias, as crianças vão utilizar para romper o cenário imposto e transformar os espaços indiferenciados, higienizados, sem cheiro ou cor, em lugar de afetividade, memória, lugar reinventado, cenário alterado à medida que é dotado de valor, a partir da relação brincante da criança com o espaço. (Tuan, 2013)

Sendo assim, podemos inferir que toda produção de um dado espaço ou os desdobramentos na organização de novos arranjos espaciais, estão associados a uma história e no processo de constituir-se, possuem um potencial educativo. Esse processo está impregnado pelas distintas culturas dos indivíduos que o constituem, arraigados de um dado jeito de ser e estar no mundo. Para Tuan (1983, p. 39) o homem organiza o espaço afim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e de relações sociais.



Para o mesmo autor, os indivíduos ao se relacionarem com o espaço, por meio de suas apropriações, criam laços de afetividade, tornando-os assim, lugares cheios de significados (Tuan, 1983). Nessa perspectiva, Haesbaert (1998, p. 171) afirma que “nosso contra-poder está também nas formas afetivas com que nos relacionamos e que recolocam em outro patamar as relações dos homens em sociedade e, concomitantemente, dos homens no território”.

Nesse sentido, Harvey (2015) afirma que o espaço não é somente absoluto ou relativo, mas relacional, é constituído a partir da relação de espaço e tempo e que o espaço das relações é muito diferente dos espaços da propriedade privada. Para Lefebvre (1976), a produção do espaço público deve ir da dominação à apropriação por meio das relações sociais nele estabelecidas, de outro modo, quando o espaço público vem de cima para baixo, já nasce escravizado ou condicionado, não é constituído por meio das relações e usos que os indivíduos, crianças e adultos, fazem dele e nele.

## 2. O ROTEIRO

Ao pensarmos em crianças e suas infâncias, o fazemos no plural no intuito de garantir a compreensão de que há vários tipos de crianças que vivenciam de diversas formas suas infâncias e que, tudo isso acontece a partir do que estamos chamando de roteiro, ou seja, as condições objetivas e subjetivas em que esses processos acontecem.

Para o economista Atkinson (2015) “há motivos intrínsecos para acreditar que o nível atual de desigualdade é excessivo”, o que exigiria uma reflexão maior acerca de uma concepção mais ampla de justiça. Para o autor

A renda é apenas uma dimensão, e as diferenças de renda deveriam ser interpretadas à luz de circunstâncias diferenciadas e de oportunidades subjacentes. Mas continua em questão o fato de os recursos econômicos conquistados serem uma fonte fundamental de injustiça. Atkinson (2015 pág. 37)

Por vezes incorremos no equívoco de resumir a desigualdade social à desigualdade econômica, apesar do econômico ser preponderante, é apenas uma das diversas facetas cruéis do sistema capitalista que emergem na realidade das cidades brasileiras. Muitas outras desigualdades se manifestam no âmbito da cidade, como por exemplo, a de livre acesso das pessoas a seus espaços, especialmente aqueles que ainda são impactados pelo distanciamento desse coração pulsante do centro da cidade.



O acirramento desse processo não somente distancia classes sociais, mas expurga para as periferias os *ninguéns* como proclamado por Galeano (1991, p. 42). Assim, os *ninguéns* estão no seu lugar, aliás, o não-lugar, onde toda sorte de mazelas sociais se naturalizam, o que para Marc Augé (2014) é caracterizado pela diminuição de relações sociais e pela passividade do cidadão “o não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo” (Augé apud Sá, 2014, p. 212).

Apesar de Castells estabelecer outra categoria da visão de Augé por meio da concepção de espaços de fluxos<sup>3</sup>, ambos comungam da ideia de que a organização do espaço é preponderante para que se entenda um dado contexto societário (Augé apud Sá, 2014, p. 221).

A cidade é o espaço onde se refletem as desigualdades. Para Dowbor (2016) a medida que as crianças perdem o direito à cidade, também perdem a cidadania:

As desigualdades e tensões refletem-se na estrutura das cidades, na organização do cotidiano, na ausência de convívio em espaços públicos, nos horários inverossímeis das periferias, na violência latente e na perda de direito à cidade por parte das crianças. Dowbor (2016 p. 81) apud Fontenelle (2016)

Sendo assim, podemos então inferir que “os segmentos sociais que auferem menor renda são também os que têm menor acesso aos benefícios das políticas públicas e menor participação política; tais desigualdades são persistentes.” (Rosemberg, 2006 pág. 55). Logo, se os indivíduos acessam poucos recursos financeiros, também têm comprometidos outros acessos de direitos sociais. A autora ainda sinaliza para dados importantes em termos de moradia, renda, nutrição e educação que ajudam a compor esse pano de fundo em que se desenvolve a infância brasileira.

Ao falarmos no direito a ter direitos e na capacidade de suprir necessidades da vida humana, a reflexão precisa avançar para a problematização do assédio e apelo ao consumo dirigido às crianças. Tal publicidade está centrada no inescrupuloso ímpeto da indústria à venda. A publicidade dirigida às crianças gera o consumismo infantil, mas não somente isso, como aponta Dowbor (2016):

---

<sup>3</sup> O termo “espaços de fluxos” cunhado por Manuel Castells é definido pelo autor como as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. (1999 p. 437)



O consumismo infantil, portanto, não constitui um sistema à parte; as crianças estão inseridas no sistema adulto e no sistema econômico em geral. Além disso, naturalmente tentam se inserir no sistema e em seus valores, independentemente da publicidade dirigida a elas. É claro que é covarde o assédio comercial dirigido a crianças, que tem menos defesas, mas também são preocupantes a frágil capacidade adulta de defesa e, frequentemente, a pouca compreensão do mecanismo que envolve as transformações da família, do espaço urbano e da própria estrutura do consumo. Mais do que consumismo, trata-se do desencontro entre o que nos é necessário e o que o mundo econômico está interessado em nos vender. Dowbor (2016 p. 86) apud Fontenelle (2016)

Dito isso, aponta-se a necessidade de discutir a relação criança, território e consumo, a partir do direito à cidade pela criança e como nesse processo a capacidade de consumo pode interferir.

Em algumas cidades brasileiras, é comum que o espaço do shopping seja categorizado como o local do passeio, do brincar, contudo, importante destacar que, para além disso, é o espaço onde as crianças são instigadas ao consumo pelas luzes e cores do espaço de jogos eletrônicos ou pelo desejo dos inúmeros brinquedos dispostos nas vitrines das lojas.

O impacto das desigualdades sociais afeta diretamente a construção do sujeito e essas manifestações reverberam diretamente na constituição do ser humano. Considera-se de extrema relevância a discussão desse processo no que concerne a capacidade ou não de consumo e de como essas questões irão influenciar sobre a vida das crianças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A colonização do imaginário infantil pelo mercado é um dado da sociedade contemporânea que não se pode ignorar. Mas, do mesmo modo, não se pode também ignorar a resistência a essa colonização, através das interpretações singulares, criativas e frequentemente críticas que as crianças fazem dessas personagens, reinvestindo essas interpretações nos seus quotidianos, nos seus jogos e brincadeiras e nas suas interações com os outros. Afinal, todas as colonizações são imperfeitas.*

*Manuel Jacinto Sarmiento*

Os processos societários de organização da cidade e as condições objetivas e subjetivas desencadeadas pela desigualdade social ainda são preponderantes nas relações da criança com a cidade, contudo, há que se refletir sobre outras possibilidades de ser e estar no mundo.

O apelo ao consumo do brincar em espaços restritos e controlados, tolhe a criatividade das crianças, além de lhes tolher as possibilidades inventivas do brincar. Para o



brincar livre, é necessário espaço livre, espaço que a medida que se torna ocupado, cria afetividades por meio das quais as crianças o transformam em lugar, cheio de significados.

O espetáculo está em curso, a história é implacável. Protagonistas e coadjuvantes estão a postos, já passaram por diversos papéis. O cenário está montado, apesar de já demonstrar fissuras e fragilidades. O roteiro já foi escrito, será possível alterá-lo? Certamente que sim!

Ao analisarmos as crianças e suas infâncias à luz da sociologia da infância, podemos afirmar que são sim capazes de estabelecer seus mecanismos de resistências, dada a proporção de espaço e possibilidades que encontram, demonstram suas capacidades inventivas e criativas de provocar e questionar tanto o cenário quanto o roteiro, quiçá se conseguissem a todo tempo as alterações necessárias para o brincar e para o bem viver comum.

## REFERÊNCIAS

- ALANA, Instituto. Porque a publicidade faz mal para as crianças. Projeto Criança e consumo, 4ª edição, 2009. Disponível em [www.criancaeconsumo.org.br/publicações](http://www.criancaeconsumo.org.br/publicações)
- ATKINSON, Anthony. Desigualdade – o que pode ser feito? São Paulo. Leya, 2015.
- BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Acesso em 07/08/2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis-RJ. Vozes, 2012
- CORSARO, Willian. A sociologia da infância. Porto Alegre. Artmed, 2011.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1994.
- FERREIRA, Solange Pacheco. Políticas Educacionais de ampliação do tempo e espaço para a infância em territórios urbanos: uma análise a partir do bairro do Pilarzinho da cidade de Curitiba. Universidade Federal do Paraná, 2016. Acesso em 05/08/2017. Disponível em <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43525>
- FONTENELLE, Lais (org.). Criança e consumo: 10 anos de transformação. Instituto Alana. São Paulo, 2016.
- GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Editora L&PM. Porto Alegre, 1991.
- HAESBAERT, Rogério. A identidade de um gaúcho, cidadão do mundo. Revista GEOUERJ, nº 4, Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, jul-dez. 1998, p. 96-103
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. Revista Em pauta, nº 35, vol. 13, p. 126-152, Rio de Janeiro, 2015.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo. Cortez, 1999.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. *Construction and Reconstruction Childhood*. Routledge Falmer, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política: el Derecho a la Ciudad II*. Barcelona: Península, 1976.

PARK, Robert Ezra. *O fenômeno urbano*. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro, 1967.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. Org. Marcos Cezar de Freitas. São Paulo. Cortez, 2006.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. *Revista Tempo Social da Universidade de São Paulo*, v. 26, n. 2, 2014. Acesso em 09/08/2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a12.pdf>

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Visibilidade social e estudo da infância*. In: Sarmento; VASCONCELLOS, Vera, M. R. (Org.). *Infância (in) visível*. Araraquara: Junqueira & Martin, 2007.

\_\_\_\_\_, Manuel Jacinto. *As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo*. In: SARMENTO, Manuel; PINTO, Manuel (Org.). *As crianças: contextos e identidades*. Minho: Universidade do Minho, 1997.

\_\_\_\_\_, Manuel Jacinto. *Imaginários e cultura da infância*. Acesso em 08/08/2017. Disponível em [http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos\\_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf](http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf)

SIMMEL, George. *O fenômeno urbano*. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro, 1967.

SOUZA, Solange Jobim. *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas, SP. Papyrus, 1996.

TUAN, Y. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. (Tradução de Livia de OLIVEIRA) Londrina: Eduel, 2013.